

SARNEY, JOSÉ

Ler e ouvir

26 OUT 1986

JORNAL DO BRASIL

Juarez Bahia 020 OUT 1986

**P**ROVAVELMENTE Foreign Affairs terá passado sob os olhos do presidente Ronald Reagan. Se assim foi, podemos supor que ele tenha lido A President's Story, da lavra do seu colega José Sarney, elaborada para a revista norte-americana e útil para tirar o gesso das relações Brasil-Estados Unidos.

Da mesma forma seria desejável que os constituintes que sairão das eleições de 15 de novembro conhecessem o pensamento de Sarney ali exposto. Pois, na pobreza do momento constituinte que vivemos — se a isso que aí está se pode chamar assim — convém não perder de vista a dívida externa.

Sarney expõe fatos que se somam ao que considera necessário dizer publicamente. Desde pequenos incidentes até o que cabe qualificar como diretrizes de uma posição de altivez na negociação da dívida, algo que não chega a ser doutrina, mas que já é uma enunciação.

E por que Reagan deveria estar informado disso? Talvez porque os Estados Unidos sempre tiveram uma dificuldade essencial — aquela conhecida irrisão histórica — para compreender os seus parceiros latino-americanos, de modo particular o Brasil.

Sarney classifica o ruído existente nas relações entre nossos países — os que convivem no hemisfério — como falta de tato. E relaciona queixas. Contudo, Washington se tem mostrado um mau ouvinte. Quase sempre confunde questionamentos com lamúrias ou mãos estendidas.

Reagan tem o direito de desconfiar de petardos nacionalistas como este: "Não pagaremos a dívida com a fome de nosso povo." Isso, antes, podia soar como demagogia, mas não neste fim de milênio. Não se trata de um discurso em La Paz. Disparada de Brasília, a frase tem sentido real.

A Administração Reagan, de modo geral, estaria hoje mais bem informada sobre os problemas da América Latina e especificamente do Brasil, se tivesse lido atentamente um documento de 82 — o Diálogo Interamericano — patrocinado pelo Woodrow Wilson International Center for Scholars.

Delinea a encruzilhada das Américas com uma antecedência razoável e tendo por objeto fatos que, à exceção da guerra das Malvinas, ainda permanecem insolúveis, como a questão da América Central, os revezes econômicos do comércio bilateral e a dívida externa.

"O Hemisfério Ocidental enfrenta hoje os mais sérios desafios desde a Segunda Guerra Mundial, ou talvez até desde a Grande Depressão", afirma o prefácio do documento de 82. Isso mudou, em substância? Não, o endividamento aumentou, a crise se ampliou, agravou-se.

Por quê? Basicamente porque os países latino-americanos e, em especial, o Brasil, são exportadores de capital agora mais do que antes. Em seis anos, de 80 até hoje, os brasileiros remeteram de renda líquida para o exterior 64 bilhões de dólares, 56 bilhões dos quais em juros.

A nação trabalha e, apesar disso, empobrece. Produz, mas não vence a carência, o atraso. Honra o que deve, paga

regularmente, mas compromete a renda nacional, alarga o déficit público e ainda conserva o título de maior devedor.

Esta situação não é diferente nos outros países. Nesse breve período, inestimáveis mudanças políticas, econômicas e sociais produziram efeitos notáveis na América Latina. O mais significativo, de todos, a nova era de liberdade e democracia.

Contudo, como pretender conciliar esse avanço com uma renda individual baixa, extensos bolsões de miséria, demandas reprimidas e um sonho de prosperidade sistematicamente bloqueado? Os especialistas do Diálogo Interamericano diziam: "Chegou o momento de falar." Chegou, sobretudo, o momento de Washington ouvir.

É possível que, se souberem ouvir, os Estados Unidos ainda tenham tempo de reverter o seu papel neste hemisfério. De um discutível líder para um integral parceiro. É, aliás, o que resta a Washington de digno e próprio nas suas relações com os vizinhos latino-americanos.

Como parceiros, Estados Unidos, Brasil e os demais países só podem encontrar posições convergentes. Nos últimos decênios, temos sido apenas participantes de uma caçada em terreno pantanoso, movediço. Nesse chão incerto, a vítima fatal é a caça, mas o caçador pode perder mais munição do que imagina.

O ritmo atual de transferência de recursos líquidos da América Latina para seus credores externos é de 30 bilhões de dólares por ano. De 1982 para cá, a renda líquida latino-americana remetida para fora é de 100 bilhões de dólares. Uma sangria incontrolável.

A diferença entre a advertência do Diálogo Interamericano de 82 e a recomendação de altivez feita por Sarney aos negociadores brasileiros, é que naquela época falava-se de uma crise imediata e hoje fala-se dos efeitos que ela já causa. Uma ameaça à viabilidade do Brasil na passagem do século.

Então, o FMI não abria mão da "condicionalidade" e os países devedores demonstravam apenas impaciência. Hoje, convencidos de que não podem ir além do que é política e economicamente viável, países como o Brasil não se declaram em insolvência, todavia se recusam a saldar a dívida nos termos ortodoxos da cobrança.

A mudança está na nova consciência de poder que incompatibiliza a exportação de capitais com a autonomia nacional e que gera o impulso moral de resistir à estagnação e ao condicionamento. É o conteúdo da altivez de que fala o Presidente Sarney, pensando em parceria e não em submissão.

Se o presidente Reagan for capaz de compreender esta posição do Brasil poderá evitar, em relação à dívida, atitudes como a de 82 que incompatibilizaram os Estados Unidos com seus vizinhos e que geraram neles rejeição formal à política de Washington para a América Central. O Brasil, afinal, merece ser melhor estudado.

Os representantes que tomarão assento na Constituinte também devem ler o artigo de Sarney em Foreign Affairs, ao menos para sentir o quanto se relaciona a tarefa de uma nova Constituição com o equacionamento da posição brasileira em face da renegociação da dívida. De seu ânimo de independência e de modernização depende o nosso salto para o terceiro milênio.